



INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

16 / NOVEMBRO / 2021

DESTAQUES

STF RETOMA DISCUSSÃO BILIONÁRIA SOBRE ICMS PARA ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES

Decisão pode gerar perda anual de R\$ 26,7 bilhões aos Estados

Por Joice Barcelo, Valor — Rio

[Leia Mais](#)

STF DECIDE SE FISCO PODE COBRAR MULTA DE 50% SOBRE COMPENSAÇÕES INDEVIDAS

Por Joice Barcelo

Impacto para a União será de R\$ 32 bilhões se os ministros impedirem a cobrança

[Leia Mais](#)

BOLSONARO DIZ QUE VAI PRORROGAR DESONERAÇÃO DA FOLHA POR DOIS ANOS

Modelo pode ser seguido por 17 setores da economia

Por Matheus Schuch, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

[Leia Mais](#)

1ª SEÇÃO

STJ MUDA ENTENDIMENTO, E ELETROBRAS GANHA CAUSA BILIONÁRIA SOBRE COMPULSÓRIOS

Caso resultado fosse desfavorável à empresa, seria necessário provisionar R\$ 11,4 bilhões para pagar contribuintes

CRISTIANE BONFANTI E BÁRBARA MENGARDO

[Leia Mais](#)

MINISTRO BARROSO SUSPENDE PORTARIA QUE IMPEDE DEMISSÃO DE TRABALHADOR NÃO VACINADO

Ministro ressalvou a situação das pessoas que têm contra-indicação médica quanto às vacinas, que podem passar por testagem periódica, e afirmou que a rescisão do contrato de trabalho por justa causa deve ser adotada como última medida.

[Leia Mais 5](#)

REGULADO POR DECRETO

STF VALIDA FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO APLICADO ÀS ALÍQUOTAS DO SAT

O fator acidentário de prevenção (FAP) atende ao princípio da legalidade tributária. Foi o que decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal em um julgamento conjunto de uma ação direta de inconstitucionalidade e de um recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, que contestavam o índice. O julgamento foi feito na sessão virtual que se encerrou nesta quarta-feira (10/11).

[Leia Mais](#)

SÃO PAULO COBRA ISS DE EMPRESAS DE FORA DO MUNICÍPIO MESMO APÓS STF PROIBIR A PRÁTICA

Por Joice Bacelo – Valor Econômico

Lei municipal que criou o CPOM continua vigente e obriga os tomadores de serviços, residentes na capital, a reter o tributo diretamente na fonte. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em fevereiro, pela inconstitucionalidade dos cadastros criados pelos municípios para identificar prestadores de serviços de outras localidades. O caso analisado - que serviu de exemplo para todos os demais - envolvia o município de São Paulo. Passados nove meses desse julgamento, porém, nada mudou na cidade.

[Leia Mais](#)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

GOVERNO SIMPLIFICA, DESBUROCRATIZA E CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA INFRALEGAL

1000 normas revisadas foram transformadas em 15 atos consolidados. É a primeira vez que esse trabalho de revisão completa da legislação trabalhista é realizado.

[Leia Mais](#)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

POR UNANIMIDADE

STF DECIDE QUE IPI INTEGRA PIS/COFINS DE MONTADORAS EM SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Decisão é favorável à União, que estimava impacto fiscal de R\$ 1,3 bilhão por ano

CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FRETE

STF CANCELA DÉBITOS FISCAIS CONSTITUÍDOS POR PORTARIA QUE ESTIPULA BASE DE CÁLCULO

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, reformou decisão da Justiça Federal para julgar procedente os embargos à execução propostos por uma transportadora e cancelar na íntegra um auto de infração fiscal feito pela União.

[Leia Mais](#)

DEVAGAR COM O ANDOR

ALEXANDRE PEDE VISTA EM JULGAMENTO DE ADI SOBRE PODER DE REQUISIÇÃO DA DEFENSORIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, pediu vista nesta sexta-feira (12/11) no julgamento do caso discute o poder das defensorias públicas para requisitar documentos não sigilosos às autoridades. A ação direta de inconstitucionalidade começou a ser julgada nesta sexta no Plenário virtual do STF, em sessão que se encerra no dia 22.

[Leia Mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

THÈSE DU SIÈCLE

VALORES DE INTERCONEXÃO E ROAMING NÃO INTEGRAM BASE DE PIS E COFINS, DIZ STJ

Por Danilo Vital

Os valores relativos ao preço de interconexão e roaming pagos a empresas de telefonia a outras operadoras do setor não integram a base de cálculo do PIS e da Cofins, pois são repassados a terceiros por força de lei e sequer constituem hipótese de incidência da arrecadação.

[Leia Mais](#)

RECURSOS REPETITIVOS

STJ VAI DEFINIR POSSIBILIDADE DE USO DE VALOR DE REFERÊNCIA NO CÁLCULO DO ITBI

Por José Higídio

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça vai estabelecer uma tese sobre a base de cálculo do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI). O tema foi indicado como representativo de controvérsia e afetado ao sistema dos recursos repetitivos.

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TJ-SP ANALISA REGRA DE DESEMPATE ENTRE FISCO E CONTRIBUINTES PAULISTAS

Atualmente, R\$ 128 bilhões estão em discussão no TIT, em 7.156 processos

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

[Leia Mais](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

DESEMPATE PRÓ-CONTRIBUINTE

CARF: NÃO INCIDE IRPJ E CSLL SOBRE LUCROS DE CONTROLADA NA ESPANHA

Para relator, artigo da Convenção Brasil-Espanha gera bloqueio à legislação doméstica que tributa lucros auferidos no exterior

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

PORTARIA PUBLICADA

CARF DÁ EFEITO VINCULANTE A 22 SÚMULAS, E DEIXA FORA TEXTOS PRÓ-CONTRIBUINTE

Com a norma, Receita Federal e todos os seus órgãos e servidores ficam obrigados a seguir os entendimentos das súmulas

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

POR UNANIMIDADE

CARF NÃO CONHECE RECURSO DA PGFN CONTRA AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO PARA EMPRESA VEÍCULO

Procuradoria defendia recolhimento de IRPJ e CSLL sobre o ágio gerado em operações de aquisição de participações societárias

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

FISCO COBRA ADICIONAL PREVIDENCIÁRIO DO SETOR DE AGRONEGÓCIO

Autorregularização de contribuintes pode resultar em mais de R\$ 242 milhões para os cofres públicos

Por Adriana Aguiar

[Leia Mais](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA APROVA MP QUE PRORROGA VIGÊNCIA DE MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE COMBATE À PANDEMIA

Regras terão vigência enquanto durar a emergência de saúde pública do novo coronavírus

[Leia Mais](#)

COMISSÃO APROVA PROPOSTA QUE EXPLICITA DIREITO DE CONTRIBUINTE PEDIR RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS PAGOS INDEVIDAMENTE

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 167/12, que evidencia, no Código Tributário Nacional, a possibilidade de o “contribuinte de fato” pleitear junto ao “contribuinte de direito” a restituição de tributos pagos indevidamente.

[Leia Mais](#)

CÂMARA APROVA EM 2º TURNO PEC DOS PRECATÓRIOS

Proposta limita o valor de despesas anuais com precatórios, muda a forma de calcular o teto de gastos e deve garantir pagamento do Auxílio Brasil

[Leia Mais](#)

COMISSÃO ESPECIAL APROVA MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS PARA EMPRESAS DE TECNOLOGIA

Proposta exclui setores de tecnologia da informação e comunicação (TICs) e de semicondutores da política de desonerações

[Leia Mais](#)

CÂMARA PODE VOTAR MP QUE RECRIA MINISTÉRIO DO TRABALHO E PROJETO QUE REGULAMENTA MERCADO DE CARBONO

Plenário realiza sessão de votações na terça-feira (16)

[Leia Mais](#)

COMISSÃO APROVA INCENTIVO À INDÚSTRIA DE ALIMENTO QUE REDUZIR SAL E AÇÚCAR DOS PRODUTOS

Texto estabelece que indústrias que produzam alimentos ultraprocessados não poderão receber o benefício

Colegiado aprovou texto apresentado por Jaqueline Cassol

[Leia Mais](#)

SENADO FEDERAL

BEZERRA COELHO ADMITE QUE PODE ACEITAR MUDANÇAS EM TEXTO DA PEC

Líder do governo no Senado e relator da PEC diz que meta é aprovar matéria até 2 de dezembro

Por Renan Truffi, Vandson Lima e Fabio Murakawa — De Brasília

[Leia Mais](#)

PEC DOS PRECATÓRIOS PUXA PRIORIDADES DO GOVERNO NO SENADO

Líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) listou matérias prioritárias para votação este ano

Marcos Oliveira/Agência Senado

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)